

SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Reunião extraordinariamente realizada por videoconferência devido às restrições impostas pela situação de calamidade de saúde pública relativa ao COVID 19

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, o Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – CFEP reuniu-se com a presença dos conselheiros abaixo relacionados:

NOME	CARGO	ÓRGÃO/ENTIDADE
Manoel Renato Machado Filho	Diretor de Programa	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos
Pedro Maciel Capeluppi	Secretário Interino	Ministério da Economia
Jefferson Milton Marinho	Coordenador	
Rodrigo Correa Ramiro	Coordenador-Geral	Ministério do Desenvolvimento Regional
Glauber Faquineli Fernandes	Assessor	Frete Nacional de Prefeitos (FNP)

A Confederação Nacional dos Municípios foi representada pela Senhora Karla Franca.

A pauta de reunião e os documentos técnicos relativos foram encaminhados pela SPPI aos conselheiros em meio eletrônico na data de 19 de outubro de 2020.

Foram realizados os seguintes informes e apresentações aos conselheiros, pela secretaria executiva do CFEP:

- Carteira de projetos apoiados e cronograma previsto de conclusão das etapas de estruturação.
- Principais produtos entregues e eventos ocorridos desde a 15ª reunião ocorrida em agosto, incluindo:
 - Divulgação dos consórcios habilitados no primeiro chamamento de resíduos sólidos urbanos em setembro/2020: 23 consórcios, totalizando 304 municípios em 8 estados e 9,9 milhões de habitantes.
 - Assinatura do contrato FEP por Porto Alegre para estruturação de projeto de PPP de drenagem urbana.
 - Primeira consulta pública de projeto FEP no setor de resíduos sólidos urbanos – Consórcio Convale/MG. Previsão de publicação do edital em novembro/2020.
 - Audiências públicas dos projetos de iluminação de Campinas/SP e de Cachoeiro do Itapemirim/ES.
 - Publicação dos editais de licitação dos projetos de iluminação pública dos Municípios de Belém/PA e Sapucaia do Sul/RS. Leilões acontecerão dia 6/novembro na B3.
 - Publicação do edital da Caixa para habilitação de consultorias, que incorpora aperfeiçoamentos no processo de seleção e contratação dos serviços.

- Evento de capacitação realizado no dia 27/outubro pela Secretaria do Tesouro Nacional a municípios apoiados pelo FEP no tema de Procedimentos contábeis específicos de PPP.
- Abertura de curso de capacitação à distância promovido pelo BID no tema de parcerias de investimentos na América Latina.
- Convocações de municípios selecionados no 2º chamamento de iluminação pública.
- Situação orçamentária financeira do fundo. Hoje os recursos estão 100% comprometidos em projetos contratados ou selecionados, considerando reserva de contingência. O empenho de recursos disponíveis da LOA 2020 depende de alteração do Decreto 9217, para retirada do limite existente de R\$ 180 milhões. A alteração está em trâmite no Ministério da Economia

O representante da FNP destacou que, em relação à estruturação do Projeto Convale/MG, a realização e implementação do plano de comunicação e engajamento dos stakeholders do projeto apresentou falhas, sendo necessário avaliar como aperfeiçoar tais atividades para os próximos ciclos de projetos do FEP, de forma a melhor informar e envolver os agentes envolvidos no projeto. O representante da SPPI informou que tal necessidade foi identificada durante a estruturação dos projetos piloto e a Caixa inseriu melhorias para as futuras estratégias de comunicação.

Em relação à deliberação CFEP de sua 15ª reunião de solicitar à Administradora estudo amplo quanto aos custos de assessoramento técnico do banco para embasar proposta de redução dos preços praticados, a SPPI informou que enviou ofício com essa demanda à Caixa em 9 de setembro, solicitando o encaminhamento de nova proposta até o final do ano e expondo os motivos que embasam o pedido.

Em seguida foi apresentado informe sobre o cumprimento das obrigações estatutárias pela Administradora. A prestação de contas de 2019, cujo prazo de apresentação venceu em abril de 2020, ainda não foi encaminhada ao CFEP. A Administradora solicitou prazo até 30 de novembro para envio, justificando que o contexto da pandemia do COVID 19 e outros assuntos administrativos internos impactaram como atraso excepcional neste exercício.

Em relação à divulgação trimestral do valor do patrimônio do Fundo, o valor patrimonial das cotas e a rentabilidade apurada no período no site caixa, a Administradora divulgou os balancetes de 2019 e 2020 apenas em outubro, após solicitações realizadas pela SPPI desde o início de 2019. Já em relação ao estudo sobre a incidência tributária realizado pela Caixa desde 2019, a administradora informou previsão de conclusão até dezembro de 2020.

A SPPI destacou que é imprescindível que a prestação de informações administrativas do FEP seja efetivamente incorporada na rotina do banco, de forma a que não haja mais atrasos em relação ao cumprimento das obrigações.

Em 6/10 foi encaminhada ao CFEP Nota técnica da Administradora sobre os projetos piloto de resíduos sólidos urbanos, apresentando as principais conclusões sobre os desafios e potencialidades para estruturação de concessões no setor e as principais diretrizes para definição de um modelo de estruturação FEP.

Com base nos apontamentos da Administradora, e considerando a aprovação do novo marco legal do saneamento e o momento atual de eleições municipais, os conselheiros acordaram que o início das convocações para assinatura de contrato pelos consórcios habilitados no chamamento público 2020 no setor de resíduos será a partir de janeiro de 2021.

Na sequência, foi pautada a **Resolução nº 34**, para referendar a decisão "ad referendum" da Secretaria-Executiva do CFEP de alteração da contrapartida oferecida pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê, de 50% para 10%. Tal consórcio foi classificado em primeiro lugar no chamamento e após convocação pela administradora, solicitou a redução da contrapartida. Como forma de não haver prejuízo aos demais classificados e dado que todos os demais ofertaram contrapartida de 10%, foi acatada a redução com sua reclassificação

para o final da fila. Destaca-se que a consultoria jurídica da Administradora não vislumbrou óbice a tal acatamento da solicitação e reposicionamento para convocação.

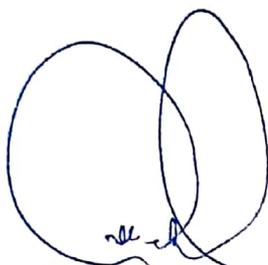
A resolução foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros.

Por fim, representantes da Administradora realizaram apresentação sobre o desenvolvimento do sistema eletrônico do FEP – SIFEP, e o cronograma de desenvolvimento de seus módulos.

O representante da SPPI destacou a grande importância que o sistema possui para a estratégia federal de apoio a concessões do FEP, sendo idealizado desde 2017 como plataforma para contratação, estruturação e acompanhamento das concessões durante todo seu prazo de execução pós contrato. SPPI relatou as comunicações oficiais e reuniões em que tem cobrado o desenvolvimento do sistema. Até o momento apenas o primeiro de 4 módulos está concluído, sendo que houve postergação do último cronograma previsto.

Os representantes do MDR e do Ministério da Economia informaram a importância que o sistema possui para o Governo Federal e para o sucesso do apoio às concessões subnacionais e solicitaram empenho da Caixa para sua conclusão.

A administradora informou que a equipe de profissionais de tecnologia de informação alocados no desenvolvimento do SIFEP foi ampliada e reiterou o comprometimento na entrega do sistema.



Brasília, 30 de outubro de 2020.

MANOEL RENATO MACHADO FILHO
REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS



PEDRO MACIEL CAPELUPPI
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA



RODRIGO CORREA RAMIRO
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



GLAUBER FAQUINELI FERNANDES
REPRESENTANTE DA FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS